

Integração de Portugal na Comunidade Europeia Vinte Anos Depois

Luís Amado

Ministro de Estado e dos Negócios Estrangeiros

Celebraram-se no passado dia 1 de Janeiro, os vinte anos de adesão de Portugal às então Comunidades Europeias. Nesses vinte anos, Portugal mudou a todos os níveis e, por meio da sua intervenção na vida comunitária, foi também deixando a sua “marca” nas políticas europeias. A participação num projecto político estratégico como a União Europeia exige, aliás, que não nos limitemos a elencar os benefícios recolhidos, mas sobretudo a deixar claro que também Portugal ajudou a construir a comunidade na qual hoje nos inserimos. O balanço de 20 anos de integração europeia terá por isso de ser apreciado nessas duas vertentes: analisando o impacto *em Portugal* das políticas e acções comunitárias e identificando a referida “marca” deixada *por Portugal* no processo de construção europeia.

No primeiro plano, e como pano de fundo, haverá que ter em conta que desde a adesão foi tomada a opção estratégica, prosseguida por todos os Governos, de ir além da mera aplicação do acervo comunitário, investindo na participação de Portugal em todos os núcleos de cooperação reforçada que foram sendo criados, como o Espaço Schengen e a Zona Euro, de forma que o impacto da adesão produziu, por isso, um efeito “horizontal”. As transformações mais visíveis, foram provavelmente aquelas que se operaram em termos económicos e sociais, impulsionadas pelo forte investimento público e privado (em infra-estruturas, recursos humanos, equipamentos, etc.), que beneficiou de significativa comparticipação comunitária no âmbito da política estru-

tural e de coesão. Verificou-se uma aproximação ao nível de rendimento médio comunitário, os níveis de produtividade aumentaram e a abertura de mercados implicou, através da crescente concorrência, um estímulo à procura das nossas especificidades e potencialidades.

Estas transformações mudaram a face do país e, sobretudo, ligaram o cidadão português à realidade europeia, não só em termos físicos (as novas acessibilidades encurtaram as distâncias), como nas suas condições de vida, introduzindo melhorias que muitas vezes não encontram reflexo directo em indicadores económicos mas com impacto evidente no dia a dia (graças, a título meramente exemplificativo, à melhoria das redes de abastecimento e tratamento de águas residuais, ou das taxas de cobertura escolar, à acentuadíssima redução na taxa de mortalidade infantil, ao aumento da esperança de vida, ou ainda à taxa de penetração das tecnologias de informação).

A nossa condição de membros fundadores da zona euro constituiu igualmente um importante passo no sentido do fortalecimento da nossa situação económica e financeira e na criação de uma importante cultura de estabilidade, a qual veio conferir às políticas macroeconómicas a solidez e a sustentabilidade necessárias, favorecendo e acelerando o nosso crescimento económico e o emprego com os correlativos efeitos positivos na taxa de juro e na taxa de inflação. O grande desafio é agora o de consolidar os ganhos – designadamente ao nível da competitividade no mercado mundial – e projectá-los em benefício do crescimento do emprego e da coesão social, numa nova economia mais dinâmica e portanto mais competitiva.

Os desafios inerentes à criação do mercado interno, assente num detalhado programa de natureza legislativa, exigiram do país um extraordinário esforço de adaptação à regulamentação comunitária, com reflexos evidentes no quotidiano dos cidadãos e empresas portuguesas, em diversos domínios, tais como a educação, a defesa do consumidor, a protecção do ambiente, os transportes, as regras de concorrência e a indústria, entre outros. Actualmente, na UE com 25 Estados membros (e cerca de 450 milhões de habitantes), este desafio assume maiores proporções, mas os benefícios potenciais para os cidadãos e as empresas são também superiores.

A participação, desde o início, na aplicação do sistema Schengen constituiu mais um marco na aproximação do nosso país à Europa, ao permitir a livre circulação de pessoas num espaço alargado, sem controlos nas fronteiras. Complemento lógico do mercado interno, no que às pessoas diz respeito, a livre circulação no espaço Schengen trouxe vantagens óbvias para os cidadãos portugueses, que são aliás insistentemente reclamadas pelos novos Estados membros, cientes que estão não só das

vantagens económicas como do valor político (vide de cidadania) que um tal passo representa.

A nível político sente-se naturalmente também o impacto da adesão, tendo as sucessivas revisões dos Tratados vindo a ser repercutidas no sistema institucional e legislativo português, de tal forma que ninguém, nem nenhuma entidade, pública ou privada, está imune ao que se passa na Europa. A União tem vindo a adoptar medidas para tornar mais eficaz a interacção entre as suas instituições e entre estas e os cidadãos da Europa, sendo, a título de exemplo, de notar que o Tratado Constitucional abre a possibilidade de a Comissão Europeia – o órgão legislativo por excelência da União – submeter uma proposta ao Conselho de Ministros com base numa iniciativa apresentada através da recolha das assinaturas de um milhão de cidadãos europeus. Notaria, no plano interno, que a Assembleia da República quis também acompanhar as transformações do processo legislativo comunitário, revogando a Lei de 1994 e adoptando uma nova Lei de Acompanhamento, apreciação e pronúncia no âmbito do processo de construção da União Europeia que determina uma interacção acrescida com o Governo nestas matérias.

Na segunda vertente, que me parece ser aquela que mais devemos valorizar, ou seja, na marca deixada por Portugal no processo de construção europeia, será de destacar, desde logo a Política de Coesão. A adesão de Portugal e Espanha desencadeou um processo de valorização desta política que foi ganhando dimensão e protagonismo, dando corpo à base jurídica criada com o Acto Único Europeu. A Coesão, que no início das primeiras Perspectivas Financeiras (1988) apenas significava 17,2% da dotação financeira da então CEE, representará em média 35,6% no período 2007-2013. Neste contexto, será de referir que a par do reforço das verbas da coesão se foi igualmente procedendo à sua adaptação às especificidades da União, tendo Portugal – em estreita articulação com a Espanha e a França – assegurado que as características particulares das regiões ultraperiféricas (entre as quais se contam os Açores e a Madeira) eram devidamente tidas em conta.

Mais do que uma política, a coesão constitui a máxima expressão do princípio da solidariedade como pilar da construção europeia. E foi esta dimensão de solidariedade que permitiu os sucessivos processos de alargamento, sustentando a integração de economias mais débeis, mas que inequivocamente partilham o ideal europeu. Neste domínio, haverá aliás que recordar que Portugal sempre foi consciente da importância estratégica dos processos de alargamento da União, sobrepondo o interesse de todo o continente europeu a considerações de natureza meramente económica.

A União Europeia, após a queda do muro de Berlim, soube estar à altura das suas responsabilidades, assumindo que a preservação dos objectivos de paz e desenvolvimento do continente exigia uma intervenção estratégica que se consubstanciou no processo de alargamento, e que serviu como garante da estabilidade conquistada ao longo das últimas décadas. E Portugal, bem como os restantes países do Sul da Europa, assumiram naturalmente este projecto também como seu.

Uma outra construção inovadora resultou da aprovação, durante a Presidência portuguesa de 2000, e fruto do empenho e perseverança do Governo de então, da Estratégia de Lisboa, que atribuiu à União um novo objectivo estratégico e estabeleceu uma agenda política e um novo método de cooperação entre os Estados membros. Até 2000, o processo de integração era determinado pela realização do Mercado Interno, da Moeda Única e da redução das disparidades de desenvolvimento entre regiões. A globalização e as novas estruturas tecnológicas vieram impor a implementação de diferentes padrões de desenvolvimento social e económico. A Estratégia de Lisboa veio dar resposta a estes novos desafios.

O objectivo estratégico de Lisboa de fazer da União o espaço mais competitivo do mundo, com base no conhecimento e na inovação e com mais coesão social, permanece assim de reconhecida actualidade. Constitui o enquadramento político essencial da acção da União que tem facilitado os avanços em dossiers essenciais (p.e serviços financeiros, liberalização do transporte aéreo e dos mercados energéticos) e impulsionado as reformas estruturais nacionais que apresentam hoje uma lógica integrada, coerente e mobilizadora correspondendo a uma verdadeira estratégia nacional de desenvolvimento do país. Também a revisão do Pacto de Estabilidade e Crescimento (PEC) e a adopção das Perspectivas Financeiras em 2005 foram orientadas no sentido do crescimento, passando a contemplar as reformas estruturais. Para além disso, a rubrica da Coesão na sua concretização prática assumiu como objectivo as questões ligadas à competitividade e emprego.

No plano institucional, terá interesse notar o papel precursor que Portugal, a Alemanha e a Eslovénia estão a exercer, definindo o novo método de articulação entre o Trio de Presidências. Na ausência da entrada em vigor do Tratado Constitucional, que previa a instituição de um sistema de *Team presidencies*, em substituição das Presidências semestrais, mas reconhecendo o interesse de dar continuidade à cooperação entretanto iniciada, criou-se este conceito de cooperação entre os três Estados membros que se sucedem ao longo de 18 meses. Tratando-se de um método inovador, tem cabido ao primeiro conjunto de países – no qual Portugal se insere –

definir a melhor forma de cooperação e criar os precedentes para a acção dos Trios que lhe sucederão.

Na minha qualidade de Ministro dos Negócios Estrangeiros não poderia igualmente deixar de sublinhar as transformações que se operaram no seio da Política Externa da União, como resultado das nossas próprias especificidades. Com efeito, após a adesão de Portugal – e naturalmente também de Espanha – a União desenvolveu o seu relacionamento com todos os países latino-americanos, que até à data se limitavam a ser meros receptores de ajuda comunitária. Sob nosso impulso, dinamizou-se um diálogo de nível estratégico abarcando as mais diferentes áreas de cooperação, que se reflecte bem na realização, de seis Cimeiras entre a União Europeia e a América Latina (realizam-se de dois em dois anos) e que abarcam um número crescente de domínios de mútuo interesse.

No que se refere às relações com África, a diplomacia portuguesa esteve, mais uma vez, na origem de uma iniciativa sem precedentes, promovendo a realização de uma Cimeira entre a Europa e todos os países do continente. A concretização desta reunião a nível de Chefes de Estado e de Governo, no Cairo, em 2000, constituiu o reconhecimento da transformação da política africana da União que abandonou o paradigma colonial – com base no qual se privilegiavam apenas as relações entre os Estados que mantinham um relacionamento histórico privilegiado –, assumindo-se uma nova perspectiva estratégica em que as relações se constroem entre continentes, independentemente dos interesses específicos de certos Estados, abarcando todos os países africanos e indo além das tradicionais políticas de ajuda ao desenvolvimento. Apesar de circunstâncias políticas específicas não terem ainda permitido a realização da Cimeira de Lisboa, que constitui um objectivo permanente da política externa portuguesa, a União não abandonou a linha definida no Cairo, tendo-se desde então aprovado uma Estratégia Comum da União para África e estando-se actualmente a trabalhar na definição de uma Estratégia com África, que toma em devida conta a transformação estratégica entretanto operada no continente africano.

Numa perspectiva de futuro, parece-me que cabe a Portugal pôr agora à prova a sua capacidade de influência, procurando sensibilizar os seus parceiros europeus para a necessidade de se dar resposta ao principal desafio com que a União actualmente se confronta, e que claramente se situa na fronteira Sul do continente. Depois de ter sabido reagir de forma adequada à queda do muro de Berlim, como atrás referi, concebendo o processo de alargamento, que constituiu um instrumento fundamental na estabilização do Leste Europeu, a União terá de ser capaz de desenvolver um

projecto adequado ao novo ambiente estratégico que resultou do 11 de Setembro. Haverá que fazer uso das mesmas capacidades de ambição e visão para desenhar as políticas de médio e longo prazo que impeçam que a clivagem entre as duas margens do Mediterrâneo continuem a agudizar-se e a gerar tensões crescentes, sob pena de a paz, a estabilidade e o desenvolvimento da União que se construíram graças ao enorme êxito do projecto de construção europeia serem postas em causa, pela importação das tensões que existem ao longo das nossas fronteiras. Sob pena, por isso, de as transformações inegavelmente positivas que ocorreram em Portugal ao longo destes vinte últimos anos de integração não poderem ser consolidadas e servir de base para novos progressos e para um maior desenvolvimento do nosso país.